

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR
PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 680, DE 2015**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 680, DE 2015
(MENSAGEM Nº 241, de 2015)**

Institui o Programa de Proteção ao
Emprego e dá outras providências

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado DANIEL VILELA

Nos termos do art. 4º, § 4º da Resolução nº 1, de 9 de maio de 2002, são inadmitidas as seguintes emendas apresentadas à MP 680, de 2015, por versarem sobre matéria estranha:

Nº	Autor	Descrição
12	Dep. Covatti Filho	Inclui dispositivos relacionados ao tempo de radiotransmissão dos Poderes da República
14	Dep. Heráclito Fortes	Acrescenta dispositivo para alterar a Lei nº 6.321/1976, para excluir do salário de contribuição a parcela paga em pecúnia pela empresa nos programas de alimentação - PAT
15	Dep. Roberto Balestra	Acrescenta dispositivo à CLT a fim de estabelecer que a existência de fontes de calor não caracterizam, por si só, a atividade como insalubre
16	Dep. Roberto Balestra	Revoga dispositivo da Lei de participação dos trabalhadores nos lucros e resultados que proíbe a utilização das metas referentes à saúde e segurança no trabalho como critério para fixar tal participação
17	Dep. Roberto Balestra	Acrescenta dispositivo à CLT a fim de estabelecer que o período gasto em transporte fornecido pelo empregador rural não integra a jornada, ainda que em local de difícil acesso.
18	Dep. Manoel Junior	Prorroga para dez anos o prazo para a implementação do sistema nacional de controle de medicamentos (Lei nº 11.903/2009)
19	Dep. Laudívio Carvalho	Altera o Código Brasileiro de Trânsito para proibir a circulação de veículos para transporte de passageiros, sem autorização do poder público, acionados por smartphones
22	Dep. Ronaldo Benedit	Exclui a remuneração das horas extras da incidência do Imposto de Renda (Lei 7.713/1988)
23	Dep. João Derly	Prorroga até 31 de dezembro de 2022 a isenção de imposto de importação e IPI incidentes na importação de equipamentos ou materiais esportivos (Lei nº 10.451/2002)

Nº	Autor	Descrição
39	Dep. André Figueiredo	Determina a aplicação de 10% dos valores recolhidos em multa pelo descumprimento da lei do FGTS em aparelhamento de órgãos de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (Lei nº 8.036/1990)
40	Dep. André Figueiredo	Exclui restaurantes, bares, barracas de praia e similares da obrigação de coincidir, no mínimo uma vez a cada três semanas, o repouso semanal remunerado com o domingo (Lei nº 10.101/2002)
43	Dep. André Figueiredo	Cria o Conselho Recursal do Ministério do Trabalho e Emprego
44	Dep. Manoel Junior	Institui a jornada de trinta horas semanais para psicólogos (Lei nº 4.119/1962)
45	Dep. Manoel Junior	Institui a jornada de trinta horas para enfermeiros (Lei nº 7.498/1986)
46	Sen. Vanessa Grazziotin	Cria Grupo Nacional de Combate às Fraudes contra o Seguro-Desemprego. Impõe novas penalidades às empresas que fraudarem o seguro-desemprego. Estimula a empresa que mantiver índice de rotatividade abaixo do verificado no setor.
47	Sen. Vanessa Grazziotin	Estabelece contribuição adicional para custeio do FAT para os empregadores que mantenham índice de rotatividade acima da média do setor
48	Dep. Rogério Marinho	Permite o trabalho aos domingos dos supermercadistas (Decreto nº 27.048/1949, que regulamentou a Lei nº 605/1949)
49	Dep. Mendonça Filho	Determina o pagamento do abono salarial até o último dia útil do mês seguinte ao mês de aniversário do trabalhador (Lei nº 7.998/1990)
50	Dep. Mendonça Filho	Fixa em até 0,5% ao ano a remuneração do agente operador do FGTS
51	Dep. Mendonça Filho	Veda qualquer operação que caracterize repasse de recursos a instituições financeiras, inclusive bancos de desenvolvimento
52	Dep. Mendonça Filho	Fixa em 15 o número de representantes no Conselho Curador do FGTS, sendo a presidência exercida de forma rotativa (trabalhadores, empregadores e governo)
61	Dep. Danilo Forte	Altera a CLT para autorizar jornada facultativa Permite que as categorias com jornadas diferenciadas realizem horas extras habituais, com adicional de 20% até o total de 8 horas diárias. Somente após, o acréscimo é de 50%, conforme previsto na Constituição. Não pode haver prorrogação habitual em atividades insalubres.
86	Dep. Giacobbo	Dispõe sobre a contratação de fornecimento de energia de consumidores finais com unidades fabris na região da SUDENE
87	Dep. Giacobbo	Dispõe sobre a contratação de fornecimento de energia de consumidores finais com unidades fabris na região da SUDENE
88	Dep. Giacobbo	Dispõe sobre contratos de fornecimento de energia da ELETROBRAS na região da SUDENE
97	Dep. Giovani Cherini	Altera valores da contribuição sindical para profissionais liberais (CLT)
101	Sen. Paulo Paim	Altera o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003)
102	Sen. Paulo Paim	Altera o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União (Lei nº 8.112/1990)

Nº	Autor	Descrição
104	Dep. Arnaldo Faria de Sá	Exige a assistência do sindicato para rescisão contratual de empregado contratado há mais de noventa dias (Lei nº 5.584/1970)
105	Dep. Raul Jungmann	Estabelece prazo de 24 meses para o Poder Executivo regulamentar o índice de rotatividade
108	Dep. Andre Moura	Altera a lei que instituiu o REINTEGRA (Lei nº 12.546/2011)
109	Dep. Andre Moura	Altera tabela do imposto de renda da pessoa física (Lei nº 11.482/2007), lei do imposto de renda (Lei nº 7.713/1988), lei que altera o imposto de renda (Lei nº 9.250/1995)
116	Dep. Andre Moura	Dispõe sobre parcelamento de dívida de entidades desportivas (Lei nº 11.345/2006)
119	Dep. João Fernando Coutinho	Altera anexo da lei orçamentária anual (Lei nº 13.115/2015)
121	Dep. Junior Marreca	Altera valores da contribuição sindical para profissionais liberais (CLT)
125	Dep. Glauber Braga	Estabelece prazo de 24 meses para o Poder Executivo regulamentar o índice de rotatividade
126	Dep. Glauber Braga	Altera valores da contribuição sindical para profissionais liberais (CLT)
128	Dep. Afonso Florence	Altera o regime diferenciado de contratações públicas – RDC (Lei nº 12.462/2011)
129	Dep. Afonso Florence	Estabelece que a criação de emprego em comissão em empresas públicas e sociedades de economia mista é competência do Conselho de Administração
130	Dep. Fernando Monteiro	Altera o texto da MP a fim de instituir nova forma de contratação de empregados para as empresas de comércio varejista. Dispõe sobre jornada diferenciada, negociada individualmente, redução de alíquotas de INSS e FGTS.
133	Dep. Leandro	Faculta a dedução do imposto de renda de valores doados a ações e serviços aprovados pelo Ministério da Saúde (Lei nº 12.715/2012)
139	Dep. Valdir Colatto	Dispõe que os depósitos do FGTS serão remunerados com os mesmos parâmetros que a poupança (Lei nº 8.036/1990)
140	Dep. Valdir Colatto	Determina a redução em 50% do número total de cargos do Poder Executivo em noventa dias
141	Dep. Valdir Colatto	Altera a Lei de Política Agrícola (Lei nº 8.171/1991)
142	Dep. André Figueiredo	Exclui restaurantes, bares, barracas de praia e similares da obrigação de coincidir, no mínimo uma vez a cada três semanas, o repouso semanal remunerado com o domingo (Lei nº 10.101/2002)
174	Dep. Alfredo Kaefer	Altera a Lei do REINTEGRA (Lei nº 12.546/2011)

SENADOR SÉRGIO PETECÃO
PSD/AC
Presidente da CMMPV 680/2015